

Acústica
17/9/97 A11
264

Pesquisador adverte sobre a exploração madeireira

Para o pesquisador Philip Martin, ainda não é o momento de abrir a região à exploração florestal

O pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Philip Martin, disse ontem que ainda não é o momento de abrir a Amazônia para a exploração florestal. Ele falou na abertura da Audiência Pública realizada na Assembléia Legislativa do Estado (ALE) pela Comissão Externa, que investiga a ação das empresas asiáticas na Amazônia. Participaram da reunião, pesquisadores, órgãos governamentais, não-governamentais, deputados federais e estaduais.

O fato inusitado ficou por conta da interrupção de energia quase no final da reunião, quando o superintendente do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Hamilton Cassara, fazia a sua exposição. Segundo o presidente da Comissão Externa, Gilney Viana (PT-MT), a Audiência Pública balizará parte do relatório que deverá ficar pronto em 20 dias.

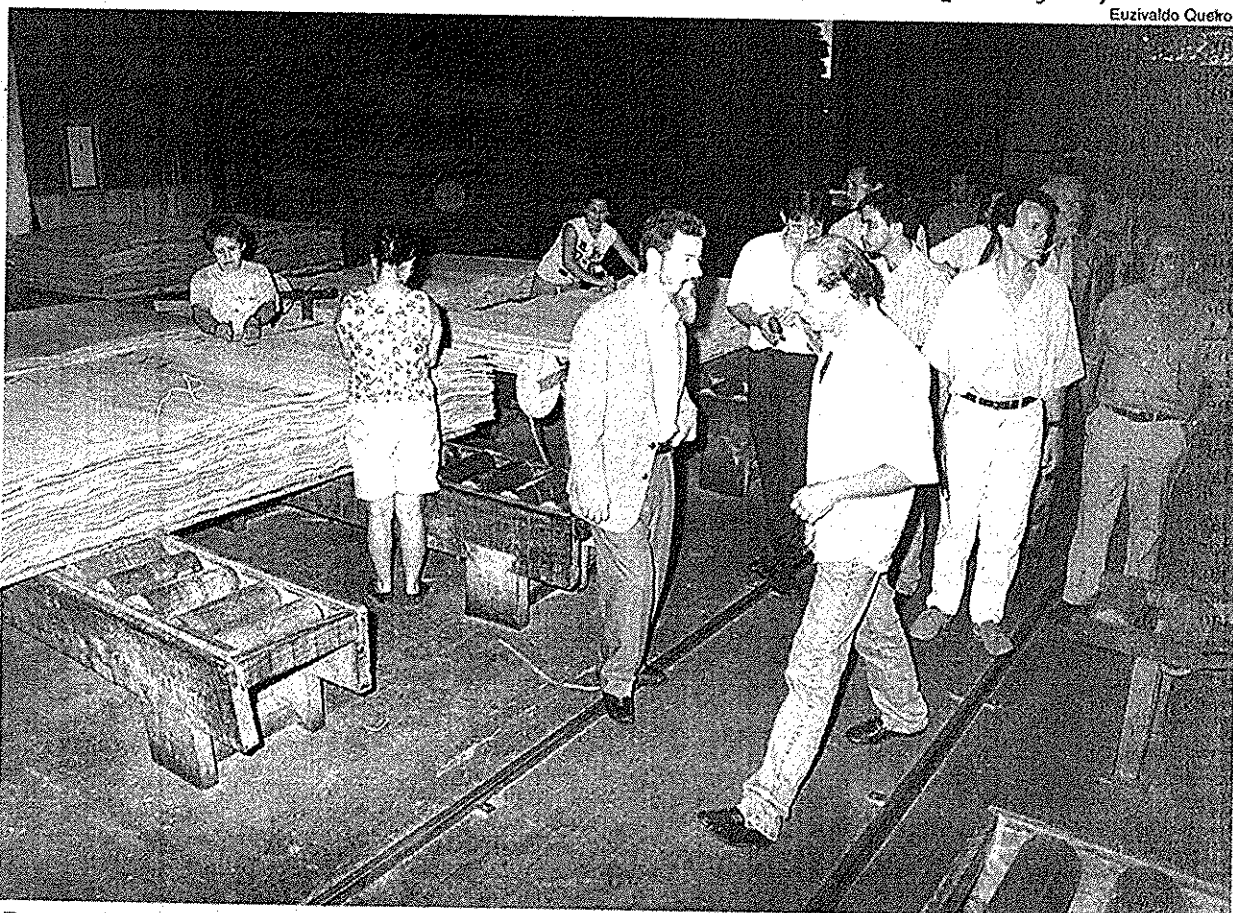
Para Philip Martin, é preciso pesquisas para garantir a exploração sustentada da madeira na Região. O pesquisador acredita que só assim, o País usufruirá de um ganho expressivo com os recursos florestais de que dispõe. E mais, evitará que ocorra na Amazônia o que aconteceu na Ásia, onde a exploração madeireira deixou um rastro de destruição.

Na avaliação do diretor da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fiem), Raimar Aguiar, não existe problema quanto a atuação das madeireiras asiáticas na Região. Ele disse que são até bem-vindas. O fator limitante, segundo Raimar, não é a falta de legislação, mas de financiamento para planos de manejo, que levam até 30 anos para serem concluídos.

Raimar disse, ainda, que o financiamento que mais se aproxima da realidade do setor na área de manejo é do Fundo Constitucional do Norte (FNO), cujo prazo é de 12 anos. Citando o historiador Samuel Benchimol, advertiu que o Amazonas tem apresentado queda de produção legal por constrangimento ecológico. "A contrapartida pode ser o aumento da produção ilegal", comentou Raimar.

Para o deputado Eron Bezerra (PC do B), o problema é que não há no meio científico especialistas em Amazônia, mas palpiteiros. Na sua opinião, as empresas asiáticas podem deixar um rastro de destruição na Amazônia, mas entende que o homem do interior não pode viver de contemplação da floresta. O deputado entregou no final da reunião um relatório feito pela Comissão de Meio-Ambiente da ALE, na Mil Madeireira, em Iatacoatiara (175 quilômetros de Manaus).

A representante do Instituto de Manejo Florestal e Agrícola (Imaflo), Rita Mesquita, rebateu as ponderações do deputado Eron Bezerra, argumentando que já existe sim algum conhecimento sobre a Amazônia. Ela disse também que alguns planos de manejo florestal estão sendo implementados e que os pesquisadores sabem, por exemplo, que a modalidade tradicional de exploração florestal não funciona. Rita concluiu dizendo que a floresta tem muito mais a oferecer que a madeira.



Euzivaldo Queiroz

Deputados da Comissão Externa da Câmara visitaram ontem a madeireira Amaplac, em Manaus

Processo produtivo é avaliado

A Comissão Externa que investiga a ação das empresas asiáticas na Amazônia, esteve ontem nas madeireiras Amaplac e Cifec, localizadas no Distrito Industrial (DI). Sem interesse nos aspectos administrativos e financeiros, a Comissão limitou-se a uma conversa rápida com os diretores das madeireiras e à observação *in loco* do processo produtivo das mesmas.

Na avaliação que fez da Amaplac, o presidente da comissão, deputado Gilney Viana, disse que se trata de uma empresa moderna com potencial de crescimento muito grande, dando a entender que se dava por satisfeito com o que tinha visto na empresa. O diretor da madeireira, George Jamal, aproveitou a ocasião para entregar ao deputado um documento que comprova a passagem do controle acionário e que a empresa

está instalada numa área de 300 mil metros quadrados. Na Amaplac, os deputados que integram a Comissão ficaram sabendo que a empresa emprega 350 funcionários, dos quais 60% são mulheres; produz anualmente cerca de 24 mil metros cúbicos de compensado, cujo destino são os mercados dos Estados Unidos e Europa. E que está fazendo esforços para cumprir a legislação brasileira de exploração florestal.

Na Cifec, a Comissão Externa soube que a empresa está no Amazonas há 13 anos, que foi adquirida à Manaza, emprega 350 pessoas e produz anualmente cerca de 10 mil metros cúbicos de compensado. E mais, que investiu inicialmente US\$ 3 milhões e hoje recolhe entre R\$ 500 mil e R\$ 600 mil de impostos para o Estado. O diretor da Cifec, Xu Kaifa disse, ainda, que a madeireira

é ligada ao Ministério da Silvicultura da China, cujo maior interesse é estreitar os laços de cooperação com o Brasil e desenvolver pesquisas que visem um melhor aproveitamento dos recursos florestais da Região.

Avaliação positiva - Para o presidente do Sindicato das Indústrias de Compensados no Amazonas, Francisco Coelho, a visita da Comissão Externa às madeireiras Amaplac e Cifec foi ótima. Ele espera que, a partir de agora sejam reparadas algumas dúvidas que pairam sobre o setor. "As empresas trabalham de acordo com a legislação brasileira para a exploração florestal, que em certa medida é muito rígida", disse Francisco Coelho, acrescentando que para o desenvolvimento do Estado seria melhor que mais investimentos estrangeiros fossem aqui aportados.